

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.498.709 - SP (2019/0125018-8)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA
ADVOGADOS : ESTELA RIGGIO - SP313057
LEONARDO GALLOTTI OLINTO - SP150583A
HUMBERTO CASTAGNA - SP392568
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : CRISTIANE GUIDORIZZI SANCHEZ E OUTRO(S) - SP118582

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO , assim ementado:

Agravo de Instrumento - Tributário e Processual Civil.

Decisão que indeferiu a tutela de urgência, mantendo a decisão que determinou o levantamento do valor depositado na cautelar pela FESP, após o trânsito em julgado, mantida - Extinção da cautelar, sem resolução de mérito - Posicionamento pacífico do STJ, admissibilidade do levantamento pelo Fisco.

Nega-se provimento ao recurso interposto.

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide, por analogia, o óbice da Súmula n. 735/STF, pois, conforme a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, é inviável, em regra, a interposição de recurso especial que tenha por objeto o reexame do deferimento ou indeferimento de medida acautelatória ou antecipatória, tendo em vista sua natureza precária e provisória, cuja reversão é possível a qualquer momento pela instância *a quo*.

Nesse sentido: “A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que 'não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita a modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito’” (AgInt no AREsp n. 1.351.487/RS, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 17/12/2018).

Confira-se ainda o seguinte precedente: AgInt no AREsp n. 1.321.705/MS,

relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 12/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

